

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, Estado do Ceará, designada através da Portaria nº 25/2021, de 04 de Janeiro de 2021 torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará na sede da comissão permanente de licitação, situada à Praça Elísio Aguiar, 141 – Centro – CEP: 62.184-000 – CARIRÉ-CE, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo menor preço, por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

MODALIDADE LICITATORIA:

PREGÃO

FORMA:

ELETRÔNICO

NÚMERO DO PROCESSO:

004/2021/DIV-PE

ESPECIE:

COMUM

PARA SRP

COMUM DE ENGENHARIA

ÓRGÃO PARTICIPANTE:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE SAÚDE; GABINETE DO PREFEITO; SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO; SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE TRANSPORTE; SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA; SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E JUVENTUDE.

Abertura da Licitação:

03/08/2021, às 9h

Início da Sessão de Disputa de Lances:

03/08/2021 ÀS 9h15

REFERENCIA DE TEMPO:

Horário local

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CERTAME (Sistema Eletrônico):

<https://bll.org.br>

LOCAL DE ACESSO AO EDITAL E ANEXOS:

1 - <https://bll.org.br>

2 - <http://www.carire.ce.gov.br/>

3 - <https://licitacoes.tce.ce.gov.br>

4 - licitapmcarire@gmail.com

E-MAIL DO SETOR DE LICITAÇÃO:

licitapmcarire@gmail.com

DIA E HORARIO DE EXPEDIENTE DO SETOR DE LICITAÇÕES:

SEGUNDA À SEXTA – DE 08H30 ÀS 12H00 E DE 14H00 ÀS 17H00

TIPO DE LICITAÇÃO:

MENOR PREÇO

MAIOR DESCONTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

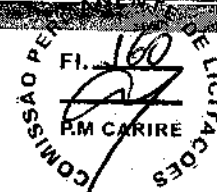
ITEM

LOTE



FORMA DE FORNECIMENTO:		
<input type="checkbox"/> PARCELADO	<input checked="" type="checkbox"/> POR DEMANDA	<input type="checkbox"/> INTEGRAL
MODO DE DISPUTA:		
<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO	<input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO	
TIPO DE COTA CONFORME ART. 48, DA LC Nº 123/08, ALTERADA PELA LC Nº 147/14:		
<input type="checkbox"/> COTA PRINCIPAL	<input type="checkbox"/> COTA RESERVADA	<input checked="" type="checkbox"/> COTA EXCLUSIVA
GLOSSÁRIO		
<ul style="list-style-type: none">• Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).• Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste instrumento de Edital, ou em quaisquer de seus anexos, terão os seguintes significados:<ul style="list-style-type: none">* PMC: Prefeitura Municipal de Cariré/CE;* ME: Microempresa;* EPP: Empresa de Pequeno Porte;* MEI: Microempreendedor Individual;* DOU: Diário Oficial da União;* DOE: Diário Oficial do Estado;* TCE: Tribunal de Contas do Estado do Ceará;* LC: Lei Complementar;* BLL: Bolsa de Licitações do Brasil.		

Pregão Eletrônico nº 004/2021/DIV-PE
Processo nº 004/2021/DIV-PE



A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, Estado do Ceará, designada através da Portaria nº 25/2021, de 04 de Janeiro de 2021 torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará na sede da comissão permanente de licitação, situada à Praça Elísio Aguiar, 141 – Centro – CEP: 62.184-000 – CARIRÉ-CE, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo menor preço, por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 13/08/2021

Horário: 09:00

Local: Portal BLL Compras – www.bll.org.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será do tipo menor preço por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2021.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Os interessados em participar deste certame deverão desenvolver atividades compatíveis com o objeto desta licitação e estar credenciados junto ao sistema da BLL

3.2. As regras para credenciamento estarão disponíveis no Portal BLL Compras, no sítio eletrônico www.bll.org.br.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.5.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.5.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, do portal de licitações da BLL.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, e todas as demais informações para alcance objetivo da proposta;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada, que deverá logo após o preenchimento total das informações da tela, anexar seus documentos de habilitação e proposta definidos no edital, na aba "incluir anexo".

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização de órgãos de controle externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *total do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.*

6.9. *A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 min (quinze minutos). Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 min (dez minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.*

6.10. *Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*

6.10.1. *Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*

6.11. *Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.*

6.11.1. *Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*

6.12. *Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.*

- 6.13. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à autoridade competente;
- 6.13.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 6.26.1. no país;
- 6.26.2. por empresas brasileiras;
- 6.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 7.2. O Pregoeiro deverá consultar o Portal da Transparência, se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar n.º 123, de 2006.
- 7.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, endereçando de imediato a situação a Procuradoria Jurídica Municipal que deverá tomar as medidas cabíveis, conforme Acórdão 2549/2019 – TCU PLENO.
- 7.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n.º 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.7. A Administração deverá fixar tempo mínimo razoável para eventual apresentação do documento solicitado, considerando, para tanto, a complexidade da licitação. O art. 38 do Decreto n.º 10.024/19 estabelece prazo mínimo de 02hs (duas horas) para esse fim.
- 7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra do item em questão, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.
- 7.7.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.7.3.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, o item julgado será desclassificado, aproveitando-se apenas os itens aprovados previamente.
- 7.7.3.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

- 7.7.3.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 7.7.3.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 7.7.3.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros restritivos de penalidades CEIS e CNJ, conforme orientação do TCU, (Acórdão 1.793/2011 – Plenário)
- 8.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada em meio as exigências editalícias, através da documentação enviada através do sistema LICITAÇÕES-E da BLL.
- 8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, conforme Art. 38. §2º do Decreto Federal 10.024/2019.
- 8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.8. Habilitação jurídica:

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

8.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, sob pena de inabilitação;

8.8.9. Cédula de identidade do titular, no caso de firma individual ou do(s) sócios (s), quando se tratar de sociedade.

8.8.10. Certificado de Registro Cadastral, no caso de licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Cariré, no seu prazo de validade.

8.8.10.1. O Certificado exigido acima é obrigatório somente para o licitante que queira substituir a documentação listada no item 8.8. do edital.

8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, que deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

8.9.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante inserção de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, no sistema, na forma da lei;

8.9.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. Contudo, constatado a perfeita regularidade fiscal do licitante, será imediatamente apurado pela Procuradoria Jurídica Municipal, onde se efetivará as medidas cabíveis a punição.

8.10. Qualificação Econômico-Financeira.

8.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.10.5 Certidão Simplificada e Específica emitida pela Junta Comercial, onde será considerado como prazo de validade de 30 (trinta) dias a partir de sua emissão.

8.11. Qualificação Técnica

8.11.1. Alvará de licença sanitária expedido pela vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

8.11.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados de documento contratual e fiscal.

8.11.2.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser feita diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.

8.11.3 Para fins da comprovação de aptidão para o fornecimento de bens, o(s) atestado(s) deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.11.3.1 Deverá haver comprovação de fornecimento, indicando no(s) atestado(s), produtos relativos ao fornecimento do item licitado.

- 8.11.3.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente;
- 8.11.3.3 Caso o(s) atestado(s) não explicita com clareza os produtos relativos ao fornecimento, este(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) do(s) respectivo(s) contrato(s) ou instrumento congênera que comprove o objeto da contratação;
- 8.11.3.4 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente, bem como, o nome do responsável emissor e o cargo e telefone para contato;

8.12. Outras Exigências.

8.12.1. Declaração para fins de cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27-10-1999, publicada no DOU de 28.10.1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo anexo a este edital.

8.12.2 Declaração que está ciente e concorda com as condições e critérios de habilitação contidos no Edital e seus anexos, conforme modelo anexo a este edital.

8.12.3 Declaração de Tratamento Jurídico Diferenciado nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, conforme modelo anexo a este edital.

8.12.3.1 A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas, que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

8.12.3.2 Caso a licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, seja qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa mencionada no art. 34 da Lei nº 11.488/07 e microempreendedor individual – MEI, conforme o caso, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12.3.3 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra empresa qualificada nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 123/06, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de

Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

13.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

13.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, sendo até final do exercício, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

13.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

14.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

18.1.3. apresentar documentação falsa;

18.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.6. não manter a proposta;

18.1.7. cometer fraude fiscal;

18.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

18.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a administração pública pelo prazo de até cinco anos;

18.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de fornecedores inadimplentes do município de Cariré.

18.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@Cariré.ce.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na seção de licitações da Prefeitura Municipal de Cariré, situada à Praça Elísio Aguiar, nº 141, Centro – Cariré-CE

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no portal de licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, e sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Cariré, com endereço: www.Cariré.ce.gov.br.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário local.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.tce.ce.gov.br, www.Cariré.ce.gov.br e www.bll.org.br também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Cariré nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

20.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

20.12.3. ANEXO III – Modelo de Declarações

20.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;

20.12.5. ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preço

Cariré - CE, 20 de JULHO de 2021.

Arnóbio de Azevedo Pereira
Arnóbio de Azevedo Pereira
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cariré

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em anexo a este instrumento:

1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição é necessária para a manutenção das atividades das Secretarias deste município papel esse essencial à Administração Pública.

2.2. Como se sabe, no desenvolvimento das atribuições legais do exercer público, se faz necessária a estrutura necessária para o bom andamento dos trabalhos e prestação de serviços com excelência, bem como a garantia de materiais necessários para o exercer das devidas atribuições da administração pública, como um dos pilares da Administração, prevista inclusive na nossa Constituição, sendo, portanto, imperiosa a realização da referida contratação supra sob pena de solução de continuidade na prestação dos relevantes serviços públicos prestados por parte desse Conselho.

3. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

3.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 620.202,27 (Seissentos e vinte mil, duzentos e dois reais e vinte e sete centavos).

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimentos dos materiais se dará de acordo com as necessidades das Secretarias.

4.2. A Contratada se obrigará a entregar os materiais no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da requisição emitida pelas Secretarias. A Contratada deverá estar apta a fornecer o produto imediatamente após a assinatura do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a *subcontratação do objeto licitatório.*

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo

de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

12.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO ou sistema equivalente para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO ou sistema equivalente, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO ou sistema equivalente para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO ou sistema equivalente.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO, ou sistema equivalente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

- 14.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO ou sistema equivalente pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (Cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES INADIMPLENTES DO MUNICÍPIO ou sistema equivalente.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. Sistema de Registro de Preços.



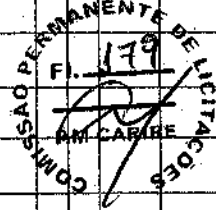
ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMATIVOS DO OBJETO

LOTE 01

Item	Descrição	2	4	30	30	2	64	3	900	1000	300	12	300	1000	298	666	56	20	Valor
1	AGENDA PARA TELEFONE	UND																	R\$ 24,90
2	AGENDA PERMANENTE	UND		30			64												R\$ 1.324,80
3	AGENDA PERMANENTE 192 FLS, FORMATO 145MM X 205MM	UND						3											R\$ 108,65
4	BOLETIM EDUCAÇÃO INFANTIL, FORMATO 30X20CM, PAPEL OFFSET 120G, 4X1 COR	UND							900										R\$ 1.905,00
5	CADERNO BROCHURA 48 FOL	UND							1000										R\$ 2.429,33
6	CADERNO C/10 MAT.200FLS CAPA MOLE C/ESPIRAL	UND							300										R\$ 4.605,00
7	CADERNO ESPIRAL PEQUEN. PAUTADO COM 48FLS	UND	12																R\$ 28,75
8	CADERNO P/ CALIGRAFIA	UND							300										R\$ 1.080,00
9	HISTORICO ESCOLAR(FORMATO 30X20CM, PAPEL OFFSET 120G, 4X1 COR	UND							1000										R\$ 1.983,33
10	LIVRO DE ATA C/100 FLS NUMERADAS, CAPA DURA.	UND		120	50							5	3						R\$ 5.776,23
11	LIVRO DE PONTO COM 100 FLS CAPA DURA	UND	6	200	150			15				10	15	5					R\$ 15.886,13
12	LIVRO DE PROTOCOLO COM 100 FLS.	UND	6	25	25														R\$ 748,53
13	LIVRO DE PROTOCOLO COM 50 FLS.	UND			15												5		R\$ 242,67
VALOR TOTAL LOTE 01																			

LOTE 02

1	ALMOFADA Nº02 NA COR AZUL P/ CARIMBO	UND		60	60			3											R\$ 733,67
2	ALMOFADA Nº02 NA COR PRETA PICARIMBO	UND						3											R\$ 34,40
3	BANNER LONA VINIL MEDINDO 1.50ALT X 80CM LARG COLORIDO,	UND										20							R\$ 1.447,67
4	BARBANTE DE SISAL, BARBANTE DE SISAL	ROL			100														R\$ 1.760,00
5	BARBANTE TIPO NYLON, BARBANTE TIPO NYLON	ROL			50														R\$ 984,17
6	CAIXA DE MDF TAM.10CM DE LARG.X10CM DE COMP.X10CM DE PROF., CAIXA QUADRADA 9X9CM	UND										12							R\$ 343,32
7	CAIXA DE MDF TAM.20CM DE LARG.X15CM DE COMP.X10CM DE PROF.	UND															12		R\$ 416,76





8	CAIXA DE MDF TAM.20CM DE LARG.X15CM DE COMP.X10CM DE PROFUNDIDADE. COM OU SEM TAMPA, CAIXA DE MDF TAM.20CM DE LARG.X15CM DE COMP.X10CM DE PROFUNDIDADE.	UND	2	30	30	2	5	2	5	10	5	5	3	12	R\$ 39,83	R\$ 477,96
9	CALCULADORA BÁSICA 12 DÍGITOS.GRANDES. VISOR.COM INCLINAÇÃO.COM ALIMENTAÇÃO SOLAR OU A PILHA	UND	2	30	30	2	5	2	5	10	5	5	3	88	R\$ 28,81	R\$ 2.517,68
10	CALCULADORA CIENTIFICA, PLAST. TEXTURIZ., CAPAC. DO VISOR C/ 4 LINHAS, RESOLUÇÃO DO VISOR :62 X 192 ONTOS, NUMERO DE PILHAS/BATERIA:1 BATERIA+SOLAR TIPO DE PLHAS/BATERIA:LR44,TENSÃO DA PILHA/BATERIA:1.5V.L X A XP:77X166.5 X11.1MM; PESO:90 GRAMAS	UND									2			2	R\$ 96,93	R\$ 193,87
11	REGUA EM ACRÍLICO MED.30CM	UND		60	60		5							363	R\$ 2,41	R\$ 874,83
12	REGUA EM ACRÍLICO INCOLOR MED.50CM.	UND	6		70									76	R\$ 4,52	R\$ 343,52
13	REGUA DE AÇO 30CM. REGUA DE AÇO 30CM	UND	6											6	R\$ 15,45	R\$ 92,68
VALOR TOTAL LOTE 02																

LOTE 03

1	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR AZUL CLARO (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
2	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR AZUL ESCURO (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
3	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR BRANCO (EMB.50UND),	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
4	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR LARANJA (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
5	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR LILÁS (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
6	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR MARROM (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
7	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR PRETA (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
8	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR ROSA (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58
9	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR ROSA PINK (EMB.50UND)	PAC												5	R\$ 14,52	R\$ 72,58

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
FI. 180
EM CARIRÉ



10	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR SALMÃO (EMB.50UND)	PAC								5					R\$ 14,52	R\$ 72,58
11	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR VERDE LIMÃO (EMB.50UND)	PAC								5					R\$ 14,52	R\$ 72,58
12	BALÃO EM MATERIAL LATEX LISO, Nº 9 NA COR VERMELHA (EMB.50UND)	PAC								5					R\$ 14,52	R\$ 72,58
VALOR TOTAL LOTE 03																
R\$ 871,00																

LOTE 04																		
1	CANETA COLORIDA P/EVA	UND															R\$ 3,72	R\$ 22,94
2	CANETA COLORIDA PARA E.V.A.(EMB. C/6	EST			50												R\$ 9,20	R\$ 460,00
3	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA AZUL.CORPO EM POLIESTILINO(PS) TRANSPARENTE CRISTAL	UND	36	500	500	20	200	50	200	50	100	100	50	100	50		R\$ 1,10	R\$ 3.241,75
4	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA VERMELHO.CORPO EM POLIESTILINO(PS) TRANSPARENTE CRISTAL	UND	60	100	100												R\$ 1,11	R\$ 322,87
5	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA PRETO.CORPO EM POLIESTILINO(PS) TRANSPARENTE CRISTAL	UND	36	300	300	10	50	10	100								R\$ 1,11	R\$ 2.098,75
6	CANETA HIDROGRÁFICA(EMB. 12UND),	UND	36		300												R\$ 6,33	R\$ 2.147,00
7	CANETA LUMI COLOR AMARELA, CANETA LUMI COLOR AMARELA	UND															R\$ 4,01	R\$ 46,16
8	CANETA LUMI COLOR AZUL, CANETA LUMI COLOR AZUL	UND															R\$ 4,01	R\$ 46,16
9	CANETA MARCA TEXTO COM PONTA CHANFRADA AMARELA NEON E A BASE DE AGUA	UND	60	120	100		12	24	12	24	10	10	12	12	384		R\$ 2,47	R\$ 947,20
10	CANETA MARCA TEXTO COM PONTA CHANFRADA TINTAS BRILHANTES E A BASE DE AGUA, CANETA MARCA TEXTO	UND															R\$ 2,47	R\$ 29,60
11	CANETA PARA RETRO-PROJETOR	UND	24		100												R\$ 4,40	R\$ 572,00
VALOR TOTAL LOTE 04																		
R\$ 9.938,82																		

LOTE 05																		
1	CAPA PARA PROCESSO NA COR AZUL, CAPA PARA PROCESSO NA COR AZUL	FOL			100												R\$ 5,37	R\$ 536,67
2	CARBONO PRETO DE 1 FACE 21X29,7CM PACOTE C/100 FOLHAS	CAX	6	50	50												R\$ 38,72	R\$ 4.103,97
3	CARBONO PRETO DUPLA FACE 21X29,7CM PACOTE C/ 100 FOLHAS	CAX	6	120	100												R\$ 38,72	R\$ 8.749,97
4	CARTOLINA COMUM 50X66CM AMARELA 120G	UND			400										20		R\$ 1,98	R\$ 893,00
5	CARTOLINA COMUM 50X66CM BRANCA	FOL	24		400												R\$ 1,98	R\$ 840,93



Prata Elétrica - Rua N.º 111 - Centro - Cariré - PB - CEP: 57100-000 - Fone: (35) 3374-1121 - Fax: (35) 3374-1122 - E-mail: licitacao@carire.pb.gov.br - www.carire.pb.gov.br



6	CARTOLINA COMUM 50X66CM NA COR AZUL	FOL	12																	12	R\$ 1,98	R\$ 23,80																				
7	CARTOLINA COMUM 50X66CM NA COR VERDE	FOL	12																	12	R\$ 1,98	R\$ 23,80																				
8	CARTOLINA COMUM 50X66CM ROSA	FOL							400											420	R\$ 1,98	R\$ 833,00																				
9	CARTOLINA COMUM NA COR AMARELA,	UND							400											400	R\$ 1,98	R\$ 793,33																				
10	CARTOLINA COMUM NA COR AZUL,	FOL							400											420	R\$ 1,98	R\$ 833,00																				
11	CARTOLINA COMUM NA COR BRANCA	UND							800											820	R\$ 1,98	R\$ 1.626,33																				
12	CARTOLINA COMUM NA COR ROSA	UND							400											400	R\$ 1,98	R\$ 793,33																				
13	CARTOLINA COMUM NA COR VERDE	FOL							400											420	R\$ 1,98	R\$ 833,00																				
14	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR AMARELA 48X66	UND							300											300	R\$ 1,98	R\$ 595,00																				
15	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR AZUL 48X66	FOL	12						300											332	R\$ 1,98	R\$ 658,47																				
16	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR LILAS 48X66	FOL	24																	24	R\$ 1,98	R\$ 47,60																				
17	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR PRETA 48X66	UND	12						300											327	R\$ 1,98	R\$ 648,55																				
18	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR ROSA 48X66	FOL							300											315	R\$ 1,98	R\$ 624,75																				
19	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR VERDE 48X66	FOL							300											300	R\$ 1,98	R\$ 595,00																				
20	CARTOLINA DUPLA FACE NA COR VERMELHO 48X66	UND	12						300											327	R\$ 1,98	R\$ 648,56																				
21	CARTOLINA ESTAMPADA DUPLA FACE - AZUL BEBÊ REF. B02	FOL							100											100	R\$ 1,98	R\$ 198,33																				
22	CARTOLINA ESTAMPADA DUPLA FACE - ROSA CLARO REF. B01	FOL							100											100	R\$ 1,98	R\$ 198,33																				
23	CARTOLINA LAMINADA, CARTOLINA LAMINADA	FOL							100											100	R\$ 1,98	R\$ 198,33																				
24	CARTOLINA NA COR BRANCA 50X66CM,	FOL							300											300	R\$ 1,98	R\$ 595,00																				
25	CARTOLINA NA COR ROSA 50X66CM,	FOL							300											300	R\$ 1,98	R\$ 595,00																				
26	CARTOLINA NA COR VERDE 50X66CM,	FOL							200											200	R\$ 1,98	R\$ 396,67																				
VALOR TOTAL LOTE 05																																										R\$ 26.823,72

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 PREFEITURA DE CARIRÉ

LOTE 06																																										
1	CLIPS 3/0(EMB.50UND), CLIPS 3/0(EMB.50UND)	CAX																																								
2	CLIPS N.8/0, CLIPS N.8/0	CAX							200											15	R\$ 10,68	R\$ 160,25																				
3	CLIPS N° 8/0 CAIXA COM 500 GRAMAS	CAX	12	20	20															200	R\$ 8,27	R\$ 1.653,33																				
4	CLIPS N° 3/0 CAIXA COM 500 GRAMAS.	CAX	12	30	30															52	R\$ 53,22	R\$ 2.767,27																				
5	CLIPS N° 6/0 (EMB. C/100UND), CLIPS N.6/0	CAX							200											72	R\$ 53,22	R\$ 3.831,60																				
6	CLIPS N° 6/0 C/50 UND., CLIPS N.0	CAX																		200	R\$ 40,65	R\$ 8.130,00																				
7	CLIPS N.2 GALVANIZADO 3,1 CM CX C/100 UNIDS	CX	12	50	50	200	10	40	30	10	5	20	10							10	R\$ 10,68	R\$ 106,83																				
VALOR TOTAL LOTE 06																																										R\$ 17.924,19

LOTE 07

f



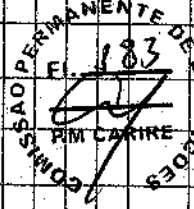
1	COLA BRANCA LÍQUIDA (EMB.90G).	TUB	12	500	3	5	8	3	3	534	R\$ 2,18	R\$ 1.162,34
2	COLA C/ GLITER COLORIDO CX C/06 UND 23G.	CAX	6	400						406	R\$ 8,27	R\$ 3.386,27
3	COLA EM BASTÃO GROSSO PARA PISTOLA	UND	6	30	50		15			131	R\$ 3,47	R\$ 454,13
4	COLA FINA EM BASTÃO PARA PISTOLA	UND		50						50	R\$ 1,69	R\$ 84,67
5	COLA ISOPOR(EMB.90GR).	UND	12	60	100	1	10	5	5	710	R\$ 4,40	R\$ 3.124,00
6	COLA P/VEJA(EMB.75GR)	UND		30	200					260	R\$ 5,37	R\$ 1.395,33
7	CORRETIVO À BASE D'ÁGUA, SEM ODOR, NÃO TÓXICO(EMB.18ML)	UND	6	24	30	2	5	3	5	206	R\$ 2,95	R\$ 607,70
VALOR TOTAL LOTE 07												R\$ 10.184,44

LOTE 08

1	ENVELOPE DE PAPEL MADEIRA 200X280MM	UND	500	300								R\$ 0,50	R\$ 650,00
2	ENVELOPE DE PAPEL MADEIRA 229X324	UND	60	300	50							R\$ 1,11	R\$ 1.402,80
3	ENVELOPE DE PAPEL MADEIRA 260X360MM	UND	500	300								R\$ 1,50	R\$ 1.950,00
4	ENVELOPE OFÍCIO 114X162 BRANCO	UND		300								R\$ 0,63	R\$ 189,00
5	ESTILETE ESTREITO 9MM E TRAVA	UND	10	150								R\$ 1,98	R\$ 317,33
6	ESTILETE LARGO COM 18MM E TRAVA,	UND	10	24	100	3	5	5	2	4		R\$ 3,43	R\$ 645,47
7	ETIQUETA AUTO ADESIVA .	PAC		50								R\$ 43,55	R\$ 2.177,50
8	FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO. (TAM A4(29,7X21CM), PAPEL OFFSET 75G. IMPRESSÃO 1X1 COR)	UND		1000								R\$ 2,47	R\$ 2.466,67
VALOR TOTAL LOTE 08												R\$ 9.798,77	

LOTE 09

1	FITA ADESIVA GOMADA 38MMX50M	ROL		300	2	10	3	15	5	5		R\$ 16,97	R\$ 6.277,67
2	FITA ADESIVA GOMADA TRANSPAR. 36MM X 50M	UND		200								R\$ 5,37	R\$ 1.073,33
3	FITA ADESIVA TRANSP. 12MMX30M(DUREX).	ROL		50				10				R\$ 3,04	R\$ 182,20
4	FITA ADESIVA TRANSP. 45MMX45M.	UND	12	200	2	10	3	15	5	5		R\$ 7,30	R\$ 3.618,60
5	FITA DECORATIVA LILÁS 15MMX30M.	UND		100								R\$ 4,86	R\$ 502,98
6	FITA DECORATIVA NA COR AMARELA 20MMX30MM	ROL		160	160							R\$ 5,92	R\$ 1.775,00
7	FITA DECORATIVA NA COR AZUL 15MMX30M.	ROL		100								R\$ 4,86	R\$ 486,33
8	FITA DECORATIVA NA COR ROSA 15MMX30M	ROL		150	180							R\$ 4,86	R\$ 1.967,98
9	FITA DECORATIVA NA COR VERDE 15MMX30M.	ROL		100								R\$ 4,98	R\$ 502,98
10	FITA DECORATIVA NA COR VERMELHA 15MMX30M.	ROL		100								R\$ 4,88	R\$ 502,98
11	FITA DECORATIVA Nº 03 XADREZ MINI VERMELHA PEÇA 10 MTS.	ROL		20								R\$ 8,75	R\$ 175,00
12	FITA DECORATIVA NA COR AZUL 15MMX30M	ROL		150	150							R\$ 5,53	R\$ 2.228,59



Este Edital está disponível em: www.carire.pe.gov.br
 Nº 001/2017 - Edital nº 001/2017 - Licitação nº 001/2017 - Edital nº 001/2017 - Licitação nº 001/2017



13	FITA DECORATIVA PARA PRESENTE 1.6MMX50M COR AZUL	ROL	20	20	R\$ 12,13	R\$ 242,67
VALOR TOTAL LOTE 09						R\$ 19.438,32

LOTE 10						
	FOL		20	5	5	R\$ 9,23
1	FOLHA DE ISOPOR Nº 20, FOLHA DE ISOPOR 10MM	FOL				R\$ 46,17
2	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR AMARELA 40X95CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
3	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR AZUL 40X95CM	FOL	100	100		R\$ 2.380,00
4	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR BRANCA 40X95CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
5	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR LARANJA 40X95CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
6	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR LILÁS 40X95CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
7	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR MARRON 40X95CM	FOL	400			R\$ 1.760,00
8	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR PRETA 40X95CM	FOL	400			R\$ 1.760,00
9	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR ROSA 40X95CM	FOL	100	100		R\$ 3.280,00
10	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR VERDE 40X95CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
11	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR VERDE-ESCURO 40X90CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
12	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A NA COR VERMELHA 40X95CM	FOL	500			R\$ 2.200,00
13	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR AZUL TAM-40X48CM	FOL	200	10		R\$ 1.533,00
14	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR AZUL TAM-40X90C	FOL	4	100	100	R\$ 1.489,20
15	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR BRANCA TAM-40X48CM	FOL	200	10		R\$ 1.533,00
16	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR BRANCA TAM-40X90C	FOL	2	100	100	R\$ 1.474,60
17	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR DOURADA TAM-40X48CM	FOL	200	10		R\$ 1.533,00
18	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR DOURADA TAM-40X90C	FOL	4	100	100	R\$ 1.489,20
19	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR LARANJA TAM-40X48CM	FOL	200	10		R\$ 1.533,00
20	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR LARANJA TAM-40X90C	FOL	10	100	100	R\$ 1.533,00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EM CARIRÉ
184

Rua: RUA DE ABRIL N.º 13 CARIRÉ - CEP: 63.100-000 FONE: (081) 3396.6000/001-42
 FAX: (081) 3396.6000 E-MAIL: carire@carire.ce.gov.br



21	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR PRATA TAM-40X48CM	FOL	2	100	100	200	10	210	R\$ 7,30	R\$ 1.533,00
22	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR PRATA TAM-40X90CM	FOL	2	100	100	200	10	202	R\$ 7,30	R\$ 1.474,60
23	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR VERDE BANDEIRA TAM-40X48CM	FOL	2	100	100	200	10	210	R\$ 7,30	R\$ 1.533,00
24	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR VERDE BANDEIRA TAM-40X90CM	FOL	2	100	100	200	10	202	R\$ 7,30	R\$ 1.474,60
25	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR VERMELHA TAM-40X48CM	FOL	2	100	100	200	10	210	R\$ 7,30	R\$ 1.533,00
26	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. COM GLITER NA COR VERMELHA TAM-40X90CM	FOL	2	100	100	200	10	202	R\$ 7,30	R\$ 1.474,60
27	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR AMARELA PELE TAM-40X90CM	FOL	6	100	100	200	10	406	R\$ 4,40	R\$ 1.786,40
28	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR AMARELA TAM-40X90CM	FOL	12	100	100	400	10	622	R\$ 4,40	R\$ 2.736,80
29	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR AZUL TAM-40X90CM,	FOL				400	10	410	R\$ 4,40	R\$ 1.804,00
30	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR BEGE TAM-40X90CM,	FOL				400	10	410	R\$ 4,40	R\$ 1.804,00
31	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR BRANCA TAM-40X90CM,	FOL				400	10	410	R\$ 4,40	R\$ 1.804,00
32	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR LARANJA TAM-40X90CM	FOL	12	100	100	300	10	522	R\$ 4,40	R\$ 2.296,80
33	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR LILAS TAM-40X90CM	FOL	12	100	100	250	10	472	R\$ 4,40	R\$ 2.076,80
34	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR MARROM TAM-40X90CM,	FOL				250	10	260	R\$ 4,40	R\$ 1.144,00
35	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR PRETA TAM-40X90CM	FOL	6	100	100	250	10	466	R\$ 4,40	R\$ 2.050,40
36	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR ROSA TAM-40X90CM,	FOL				250	10	260	R\$ 4,40	R\$ 1.144,00
37	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR VERDE CLARO TAM-40X90CM,	FOL				300	10	300	R\$ 4,40	R\$ 1.320,00
38	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR VERDE-ESCURO TAM-40X90CM	FOL				300	10	310	R\$ 4,40	R\$ 1.364,00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 F. 189
 CARIRÉ



39	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR VERDE TAM-40X90CM	FOL	6	100	100	300					10		516	R\$ 4,40	R\$ 2.270,40
40	FOLHA EMBORRACHADA E.V.A. NA COR VERMELHA TAM-40X90CM,	FOL			400						10		410	R\$ 4,40	R\$ 1.804,00
41	FOLHA ISOPOR, ESPESSURA 20MM, COMPRIMENTO 1 M, LARGURA 0.50 M	FOL	12										12	R\$ 9,82	R\$ 114,28
VALOR TOTAL LOTE 10															
R\$ 71.296,85															

LOTE 11

1	EXTRATOR DE GRAMPO ESPATULA EM AÇO INOX	UND	10	24	24	100					5			R\$ 4,35	R\$ 708,05
2	GIZ BRANCO C/ 64 UND	CAX				50							50	R\$ 91,88	R\$ 4.594,17
3	GIZ COLORIDO C/64 UND	CAX				50							50	R\$ 91,88	R\$ 4.594,17
4	GIZ DE CERA 12 CORES	CAX				200							200	R\$ 4,69	R\$ 938,00
5	GRAFITE 0.7.	CAX									20		20	R\$ 7,08	R\$ 141,97
6	GRAMPEADOR 26/8 COM/UM PARA ATE 20 FOLHAS	UND	6	100	100	150							356	R\$ 19,38	R\$ 6.900,47
7	GRAMPEADOR ALICATE 26/6 CAP. 25 FLS.C/EXTRATOR DE GRAMPO, CORPO EM AÇO.	UND					3	5	2	5	5	3	28	R\$ 53,22	R\$ 1.490,07
8	GRAMPEADOR MANUAL PROFISSIONAL DE 4 A 8MM	UND									1		1	R\$ 116,05	R\$ 116,05
9	GRAMPEADOR PISTOLA COM MATERIAL EM AÇO.	UND									3		3	R\$ 91,88	R\$ 275,65
10	GRAMPEADOR PISTOLA COM MATERIAL EM AÇO, TRAVA P/CABO, 106/6 OU 106/8.	UND	2										2	R\$ 91,88	R\$ 183,77
11	GRAMPEADOR PROFISSIONAL GRAMPOS 23/5-13MM CAP. ATE 100 FOLHAS	UND	4										4	R\$ 106,38	R\$ 425,53
12	GRAMPEADOR PROFISSIONAL PARA 240 FOLHAS	UND						2		3			5	R\$ 145,05	R\$ 725,25
13	GRAMPO 26/8 P/GRAMPEADOR (EMB.5000UND)	CAX		200	200	300							700	R\$ 4,14	R\$ 2.898,00
14	GRAMPO GALVANIZADO 106/8 EMB.5000 UND	CAX	4								5		9	R\$ 19,38	R\$ 174,45
15	GRAMPO GALVANIZADO 26/6 EMB.5000 UND	CAX					2	15	5	20	8	5	70	R\$ 5,85	R\$ 409,50
16	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/8-8MM (CAX C/ 3000)	CAX										2	2	R\$ 19,38	R\$ 38,77
VALOR TOTAL LOTE 11															
R\$ 24.614,55															

LOTE 12

1	ISOPOR N°10 1X0,5M, ISOPOR N°10	FOL				100									R\$ 5,77	R\$ 577,00
2	ISOPOR N°15 1X0,5M, ISOPOR N°15	FOL				100									R\$ 7,30	R\$ 730,00
3	ISOPOR N°20 1X0,5M, ISOPOR N°20	FOL				100									R\$ 8,27	R\$ 826,67
4	ISOPOR N°25 1X0,5M, ISOPOR N°25	FOL				100									R\$ 10,20	R\$ 1.020,00
5	ISOPOR N°40 1X0,5M, ISOPOR N°40	FOL				100									R\$ 15,03	R\$ 1.503,33
VALOR TOTAL LOTE 12																
R\$ 4.667,00																



Rua Manoel Azeiteiro, Nº 141 | Centro | CEP: 55110-000 | CNPJ: 07.987.640/01-99

A



LOTE 13														
1	APONTADOR PARA LÁPIS EM PLÁSTICO COM UMA LÂMINA.	UND	24							10	10	87	R\$ 0,88	R\$ 76,27
2	BORRACHA BICOLOR	UND	36						10			46	R\$ 1,08	R\$ 48,83
3	BORRACHA BRANCA QUADRADA.	UND							10	10		20	R\$ 1,60	R\$ 32,00
4	BORRACHA PONTEIRA.	UND	24	2000	20	50	20	20	30	20	20	2254	R\$ 0,68	R\$ 1.540,23
5	LÁPIS DE CERA COLORIDO CX C/ 12 UND	CAX		150								150	R\$ 46,45	R\$ 6.967,50
6	LÁPIS DE COR TAMANHO GRANDE (EMB. 12 UND).	CAX		400								400	R\$ 72,55	R\$ 29.020,00
7	LÁPIS PRETO Nº 02 REDONDO EM MADEIRA	UND	18	4000	20	50	30	50	10	50	20	4328	R\$ 0,82	R\$ 3.563,39
8	LAPISEIRA TÉCNICA MECÂNICA 0.7	UND						6				6	R\$ 3,82	R\$ 22,92
VALOR TOTAL LOTE 13													R\$ 41.272,14	

LOTE 14														
1	MARCADOR PIVADRO BRANCO NA COR AZUL	UND	12	50	50	400						522	R\$ 5,30	R\$ 2.766,60
2	MARCADOR PIVADRO BRANCO NA COR PRETA	UND		60	50	400						510	R\$ 6,24	R\$ 3.182,40
3	MARCADOR PIVADRO BRANCO-VERMELHO	UND		60	50	300						410	R\$ 4,88	R\$ 2.002,17
4	MARCADOR PERMANENTE TIPO PILOT.	UND				100						100	R\$ 4,79	R\$ 478,67
5	MASSA DE MODELAR C/COR COL. CX. C/12 CORES.	CAX				250						250	R\$ 4,79	R\$ 1.196,67
VALOR TOTAL LOTE 14													R\$ 9.626,50	

LOTE 15														
1	PAPEL 40KG NA COR AMARELA(EMB.C/50 FOLHAS)	PAC				100						100	R\$ 28,95	R\$ 2.895,33
2	PAPEL 40KG NA COR AZUL(EMB.C/50 FOL)	PAC				100						100	R\$ 28,95	R\$ 2.895,33
3	PAPEL 40KG NA COR BRANCA(EMB.C/50 FOL)	PAC				100						100	R\$ 15,03	R\$ 1.503,33
4	PAPEL 40KG NA COR ROSA (EMB.C/50 FOL)	RES				100						100	R\$ 15,03	R\$ 1.503,33
5	PAPEL 40KG NA COR VERDE(EMB.C/50 FOL)	PAC				100						100	R\$ 15,03	R\$ 1.503,33
6	PAPEL 60KG NA COR AMARELA(EMB.C/50 FOL)	PAC				80						80	R\$ 15,03	R\$ 1.202,67
7	PAPEL 60KG NA COR BRANCA(EMB.C/50 FOL)	PAC				80						80	R\$ 34,85	R\$ 2.788,00
8	PAPEL 60KG NA COR VERDE(EMB.C/50 FOL)	PAC				80						80	R\$ 34,85	R\$ 2.788,00
9	PAPEL CELOFANE NA COR AMARELA.	FOL				50						50	R\$ 3,43	R\$ 171,67
10	PAPEL CELOFANE NA COR BRANCA.	FOL				50						50	R\$ 3,43	R\$ 171,67
11	PAPEL CELOFANE NA COR LILAS.	FOL				50						50	R\$ 3,43	R\$ 171,67
12	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR AMARELA.	FOL							10			10	R\$ 1,96	R\$ 19,83
13	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR AZUL.	FOL				50			10			60	R\$ 1,98	R\$ 119,00
14	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR BRANCA.	FOL				50			10			60	R\$ 1,98	R\$ 119,00
15	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR LARANJA.	FOL				50			10			60	R\$ 1,98	R\$ 119,00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
F. 107
R. M. 107
C. 107



16	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR LILAS,	FOL													50							10									60	R\$ 1,98	R\$ 119,00										
17	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR PRETA,	FOL													50							10									60	R\$ 1,98	R\$ 119,00										
18	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR ROSA,	FOL													50							10									60	R\$ 1,98	R\$ 119,00										
19	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR VERDE,	FOL													50							10									60	R\$ 1,98	R\$ 119,00										
20	PAPEL CREPOM 48CM X 2M NA COR VERMELHA,	FOL													50																												
21	PAPEL DUPLA FACE NA COR AMARELA	FOL													100																												
22	PAPEL DUPLA FACE NA COR AZUL	FOL													100																												
23	PAPEL DUPLA FACE NA COR BRANCA	FOL													100																												
24	PAPEL DUPLA FACE NA COR LILAS	FOL													100																												
25	PAPEL DUPLA FACE NA COR ROSA	FOL													100																												
26	PAPEL DUPLA FACE NA COR VERDE	FOL													100																												
27	PAPEL DUPLA FACE NA COR VERMELHA	FOL													100																												
28	PAPEL DUPLEX NA COR AMARELA PAC C/20 UND.	FOL													100																												
29	PAPEL DUPLEX NA COR AZUL PAC C/20 UND.	FOL													100																												
30	PAPEL DUPLEX NA COR LILAS PAC C/20 UND.	FOL													100																												
31	PAPEL DUPLEX NA COR PRETA PAC C/20 UND.	FOL													100																												
32	PAPEL DUPLEX NA COR ROSA PAC C/20 UND.	FOL													100																												
33	PAPEL DUPLEX NA COR VERDE PAC C/20 UND.	UND													100																												
34	PAPEL DUPLEX NA COR VERMELHA PAC C/20 UND.	FOL													100																												
35	PAPEL LAMINADO 48X60CM NA COR VERMELHO	UND													100							5																					
36	PAPEL LAMINADO 48X60CM NA COR AMARELO	FOL													100																												
37	PAPEL LAMINADO 48X60CM NA COR DOURADO	FOL													100																												
38	PAPEL LAMINADO 48X60CM NA COR VERDE	FOL													100																												
39	PAPEL LAMINADO 48X60CM NA COR ROSA	FOL													100																												
40	PAPEL LAMINADO 48X60CM NA COR AZUL	UND													100																												
41	PAPEL LAMINADO NA COR PRATA	UND																																									
42	PAPEL MATTE FOSCO AUTO ADESIVO A4 135GR- 20FLS	PAC											10																														
43	PAPEL MADEIRA 66X96 KRAFT	FOL													200																												
44	PAPEL OFICIO A4 210X297 75G/M2	RES	100	500	500	20	300	50	500	140	50	200	200	100																													
45	PAPEL PLOTTER BRANCO 75G/M ² 610MM X 50M	ROL																																									
46	PAPEL SEDA 40X60 NA COR BRANCA,	FOL													50																												
47	PAPEL SEDA 48X60 NA COR AMARELA,	FOL													50																												
48	PAPEL SEDA 48X60 NA COR LILAS,	FOL													50																												
49	PAPEL SEDA 48X60 NA COR PRETA,	FOL													50																												
50	PAPEL SEDA 48X60 NA COR VERDE,	FOL													50																												
51	PAPEL SEDA 48X60 NA COR VERMELHA,	FOL													50																												

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 PM CARIRÉ
 1088

52	PAPEL SEDA NA COR AZUL,	FOL														50					50	R\$ 1,21	R\$ 60,25																				
53	PAPEL SEDA NA COR ROSA,	FOL														50					50	R\$ 1,21	R\$ 60,25																				
54	PAPEL SULFITE A4 40 KG AZUL 210 X 297 PCT/ 200 FL	PAC												1							1	R\$ 37,08	R\$ 37,08																				
55	PAPEL SULFITE A4 40 KG ROSA 210 X 297 PCT/ 200 FL	PAC												1							1	R\$ 37,08	R\$ 37,08																				
56	PAPEL SULFITE A4 40 KG VERDE 210 X 297 PCT/ 200 FL	PAC												1							1	R\$ 37,08	R\$ 37,08																				
57	PAPEL SULFITE A4 60 KG AMARELO 210 X 297 PCT/ 200 FL	PAC												1							1	R\$ 47,30	R\$ 47,30																				
58	PAPEL VELUDO NA COR AMARELA 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
59	PAPEL VELUDO NA COR AZUL 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
60	PAPEL VELUDO NA COR BRANCA 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
61	PAPEL VELUDO NA COR LARANJA 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
62	PAPEL VELUDO NA COR LILAS 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
63	PAPEL VELUDO NA COR PRETA 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
64	PAPEL VELUDO NA COR ROSA 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
65	PAPEL VELUDO NA COR VERDE 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
66	PAPEL VELUDO NA COR VERMELHA 40X60CM,	FOL														50					50	R\$ 2,27	R\$ 113,58																				
VALOR TOTAL LOTE 15																																											R\$ 122.142,13

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Nº 002/2011

LOTE 16

1	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO CARTÃO DUPLEX AMARELO DELLO 350X240MM	UND																40						125	R\$ 3,11	R\$ 388,96	
2	PASTA AZ LOMBO ESTREITO OFÍCIO MED. 350MM X 280MM X 55MM	UND	48	220	220						10	30	15	30	40			40						40			R\$ 12.733,42
3	PASTA AZ LOMBO LARGO OFÍCIO MED. 340MM X 280MM X 80MM	UND	18	300	300	200	200	200	200	200	20	80	20	100	20	40		40	40		20			20			R\$ 16.266,64
4	PASTA C/ELÁSTICO EM PAPELÃO NA COR VERDE	UND																						20			R\$ 61,57
5	PASTA CAT. C/100 DIVISÓRIAS (TRANSPARENTE),	UND								1000														1000			R\$ 29.433,33
6	PASTA CATÁLOGO BD 30 SACOS - POLIPROPILENO - CRISTAL	UND				200																		200			R\$ 5.526,67
7	PASTA CATÁLOGO C/50 DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE MED. MED. 247MMX340MM	UND		50	50	400										50								575			R\$ 21.514,58
8	PASTA CATÁLOGO C/50 ENVELOPES	UND																						20			R\$ 381,93
9	PASTA CATÁLOGO COM 100 DIVISÓRIAS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE MED. 247X340	UND	12	20	20																			52			R\$ 1.546,13
10	PASTA COM ELÁSTICO EM PAPELÃO NA COR AMARELA	UND		150	150	500																		800			R\$ 2.462,67
11	PASTA COM ELÁSTICO EM PVC. DORSO 40MM TAM. OFÍCIO, MATERIAL ATÓXICO E RESISTENTE	UND	60	120	120																			300			R\$ 1.467,50
12	PASTA EM L TRANS. COM 10 DIVISÓRIAS.	UND				100																		100			R\$ 534,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ - PE, RUA DE PERNAMBUCO Nº 151, JARDIM SÃO CARLOS, CARIRÉ - PE, CEP: 55.820-000

13	PASTA EM PAPELÃO COM TRILHO	UND	100								100	R\$ 4,15	R\$ 414,50
14	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO,	UND	1500								1500	R\$ 2,79	R\$ 4.187,50
15	PASTA LISA COM ELÁSTICO	UND	300								300	R\$ 3,08	R\$ 923,50
16	PASTA PARA ARQUIVO INATIVO(MORTO); POLIONADA; TAM. OFÍCIO.	UND	24	200	100	300	30	20	10	10	774	R\$ 9,09	R\$ 7.036,95
17	PASTA POLIONDA FINA 4 CM. AMARELA	UND					15	30			45	R\$ 5,20	R\$ 233,78
18	PASTA POLIONDA LARGA(8 CM.) NA COR VERDE	UND					15	30			345	R\$ 8,04	R\$ 2.774,38
19	PASTA SUSPENSA HASTES PLÁSTICAS 6 POSIÇÕES PARA VISOR E ETIQUETA	UND	60					300			360	R\$ 11,53	R\$ 4.149,00
20	PASTA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO(2CM),	UND					50	20	40	5	265	R\$ 5,94	R\$ 1.574,54
21	PASTA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO(4CM),	UND									100	R\$ 6,99	R\$ 699,17
VALOR TOTAL DO LOTE 16													R\$ 114.310,81

LOTE 17													
1	PERFURADOR DE PAPEL C/ 02 FUROS CAP. 30FOL,	UND									2	R\$ 47,42	R\$ 94,83
2	PERFURADOR DE PAPEL C/CAP. P/45 FLS; PERFURADORES E MOLAS EM AÇO. C/MARGEADOR.	UND	100								100	R\$ 57,80	R\$ 5.780,00
3	PERFURADOR DE PAPEL C/CAP. P/60 FOLHAS	UND	1	12	12		5	3			41	R\$ 71,35	R\$ 2.925,35
4	PERFURADOR DE PAPEL CAP. P/100FLS; REFIS P/ BASE DE PERF. DUAS LAMINAS; COM MARGEADOR.	UND					2				4	R\$ 152,25	R\$ 609,00
5	PERFURADOR DE PAPEL C/02 FUROS CAPACIDADE 30 FOL	UND	2								2	R\$ 47,32	R\$ 94,63
VALOR TOTAL LOTE 17													R\$ 9.603,82

LOTE 18													
1	PINCEL (CANETA HIDROGRÁFICA C/PONTA DE FELTRO) C/12 CORES VARIADAS,	EST									150	R\$ 9,60	R\$ 1.440,50
2	PINCEL ATÔMICO COR AZUL ESCRITA GROSSA; TINTA A BASE DE ALCOL E RECARREGAVEL,	UND									210	R\$ 5,85	R\$ 1.227,80
3	PINCEL ATÔMICO COR PRETO ESCRITA GROSSA; TINTA A BASE DE ALCOL E RECARREGAVEL,	UND	36								246	R\$ 5,51	R\$ 1.356,28
4	PINCEL ATÔMICO COR VERMELHO ESCRITA GROSSA; TINTA A BASE DE ALCOL E RECARREGAVEL,	UND	24								234	R\$ 5,51	R\$ 1.290,12
5	PINCEL ATÔMICO COR VERDE ESCRITA GROSSA; TINTA A BASE DE ALCOL E RECARREGAVEL,	UND									10	R\$ 5,51	R\$ 55,13
6	PINCEL CHATO DE PELO SINTÉTICO Nº 10	UND									100	R\$ 5,51	R\$ 551,33
7	PINCEL CHATO DE PELO SINTÉTICO Nº 2	UND									100	R\$ 7,62	R\$ 761,67
8	PINCEL CHATO DE PELO SINTÉTICO Nº 24	UND									100	R\$ 12,58	R\$ 1.258,33



9	PINCEL NA COR VERMELHA P/QUADRO BRANCO	UND	6																			6	R\$ 5,63	R\$ 33,78	R\$ 7.974,95
VALOR TOTAL LOTE 18																									

LOTE 19																									
1	BANDEJA P/CORRESPONDENCIA C/1 CUBA	UND	8																				8	R\$ 22,77	R\$ 182,13
2	BANDEJA P/CORRESPONDENCIA C/2 CUBAS EM ACRILICO	UND	2	24	12																		38	R\$ 51,72	R\$ 1.965,23
3	BANDEJA P/CORRESP. EM ACRILICO TRIPLA ARTICULAVEL,BAND. P/PAPEIS ACRILICO	UND			20	1	5	3	2	3													41	R\$ 67,22	R\$ 2.755,88
4	PISTOLA 10W COLA QUENTE GRANDE BIVOLT	UND	2	12	12																		26	R\$ 29,85	R\$ 776,10
5	PISTOLA PARA COLA EM BASTÃO LARGO TAM. G.	UND			100					5													105	R\$ 29,85	R\$ 3.134,25
6	PISTOLA PARA COLA EM BASTÃO TAM.P.	UND			50																		50	R\$ 19,82	R\$ 990,87
7	PORTA CLIPS COM MAGNÉTICO.	UND	12																				12	R\$ 7,90	R\$ 91,20
8	PORTA LAPIS EM ACRILICO	UND	12	20	20																		52	R\$ 8,49	R\$ 441,65
9	PORTA LAPIS LEMBRETE E CLIPS EM ACRILICO.	UND	12	20	20	2	3	2	5	3	2	2	2	2									123	R\$ 15,45	R\$ 1.899,94
10	PRANCHETA EM ACRILICO COM PRENDEDOR METÁLICO	UND	6		50	2	4	2	5	7	3	3	20										102	R\$ 19,82	R\$ 2.021,37
11	PRANCHETA MDF ÓFICIO A4 C/PRENDEDOR METALICO TRADICIONAL	UND		100	200	50																	350	R\$ 10,48	R\$ 3.668,00
12	PRENDEDOR DE PAPEL 41MM CX/COM 12 UND	CAX																					1	R\$ 44,75	R\$ 44,75
13	PRENDEDOR DE PAPEL 51MM CX. COM 12 UND	CAX	12	12	10																		34	R\$ 54,68	R\$ 1.859,23
VALOR TOTAL LOTE 19																									

LOTE 20																										
1	APAGADOR P/QUADRO BRANCO ANATÔMICO EM PLÁSTICO.	UND	6																							
2	FLANÉLOGRAFO COM MOLDURA DE MADEIRA MED.120X90CM	UND	5		20																			26	R\$ 93,38	R\$ 2.427,97
3	QUADRO BRANCO COM MOLDURA EM ALUMÍNIO MED.1,50X1,20M.	UND			50																			50	R\$ 134,15	R\$ 6.707,50
4	QUADRO BRANCO MED.120X90CM COM MOLDURA EM ALUMINIO, COM SUPORTE. PARA APAGADOR.	UND			80																			80	R\$ 124,22	R\$ 9.937,33
5	QUADRO BRANCO MÉDIO MED. 120X90M MOLDURA ALUMINIO	UND	4	24	12	80																	121	R\$ 124,22	R\$ 15.030,22	
6	QUADRO DE CORTIÇA PARA AVISO, COM MOLDURA EM ALUMINIO MED.120X90CM.	UND			40																			40	R\$ 134,15	R\$ 5.366,00
7	PERCEVEJO Nº 4 AÇO LATONADO CAX COM 100 UND.	UND	4		50																			59	R\$ 6,99	R\$ 412,51
VALOR TOTAL LOTE 20																										

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 TI
 P.M. CARIRÉ

Rua Maria Antônia, 131 - Cariré (PE) - CEP: 55000-000 (55)
 Fone: (51) 3737-1122 - Fax: (51) 3737-1123
 E-mail: carire@carire.pe.br - www.carire.pe.br

LOTE 21														
1	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR AMARELO (MET)	MET	200	200	70	473							R\$ 1,67	R\$ 789,91
2	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR AMARELO OURO (MET)	MET			70	70							R\$ 4,83	R\$ 338,43
3	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR AZUL	MET			20	23							R\$ 4,83	R\$ 111,20
4	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR BRANCA (MET)	MET			30	33							R\$ 4,83	R\$ 159,54
5	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR LARANJA	MET			20	23							R\$ 4,83	R\$ 111,20
6	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR LILÁS	MET			20	23							R\$ 4,83	R\$ 111,20
7	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR PRETA (MET)	MET			70	73							R\$ 4,83	R\$ 352,93
8	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR ROSA BEBÊ	MET			20	23							R\$ 4,83	R\$ 111,20
9	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR ROSA PINK	MET			20	23							R\$ 4,83	R\$ 111,20
10	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR VERDE	MET			70	70							R\$ 4,83	R\$ 338,43
11	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR VERDE BANDEIRA	MET			20	23							R\$ 4,83	R\$ 111,20
12	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR VERMELHA (MET)	MET			40	43							R\$ 4,83	R\$ 207,89
13	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR AZUL (MET)	MET			50	50							R\$ 4,83	R\$ 241,73
14	TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR AZUL REAL (MET)	MET			50	50							R\$ 4,83	R\$ 241,73
VALOR TOTAL LOTE 21													R\$ 3.337,78	

LOTE 22														
1	TESOURA COM CABO PRETO PEQUENA	UND			100	100							R\$ 2,65	R\$ 265,00
2	TESOURA DE PICOTAR	UND			50	50							R\$ 6,62	R\$ 331,17
3	TESOURA ESCOLAR DE PICOTAR (ONDA) CABO EM POLIPROPILENO COM LAMINA EM AÇO INOX 13CM	UND	4			4							R\$ 9,60	R\$ 38,41
4	TESOURA ESCOLAR DE PICOTAR (ONDINHA) CABO EM POLIPROPILENO COM LAMINA EM AÇO INOX 8CM	UND	4			4							R\$ 9,60	R\$ 38,41
5	TESOURA ESCOLAR DE PICOTAR (ZIG ZAG) CABO EM POLIPROPILENO COM LAMINA EM AÇO INOX 8CM	UND	4			4							R\$ 9,60	R\$ 38,41
6	TESOURA GRANDE MED. MININO 20 CM	UND	6	12	12	50	2						R\$ 19,80	R\$ 1.722,66
7	TESOURA MEDIA 17 CM	UND		30	30	50	5	3	2				R\$ 13,01	R\$ 1.561,20
8	TESOURA SEM PONTA PEQUENA	UND			200	205							R\$ 3,53	R\$ 722,97
VALOR TOTAL LOTE 22													R\$ 4.718,23	

LOTE 23														
1	REABASTECEDOR P/ MARCADOR DE QUAD. BRANCO - AZUL	UND			100	100							R\$ 6,51	R\$ 650,67
2	REABASTECEDOR P/ MARCADOR DE QUAD BRANCO - PRETO	UND			150	150							R\$ 6,51	R\$ 976,00

A



3	REABASTECEDOR P/ PINCEL ATÔMICO AZUL 37ML,	UND					100												100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
4	REABASTECEDOR P/ PINCEL ATÔMICO PRETO 37ML,	UND					100												100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
5	REABASTECEDOR P/ PINCEL ATÔMICO VERMELHO 37ML,	UND					50												50	R\$ 7,50	R\$ 375,00
6	TINTA COR AZUL PARA USO EM CARIMBO EMB.40ML	UND			36	36													72	R\$ 4,08	R\$ 293,76
7	TINTA COR PRETA PARA USO EM CARIMBO EMB.40ML	UND			24	24													48	R\$ 4,08	R\$ 195,84
8	TINTA GUACHE NA COR AMARELA EM POT DE 250ML,	POT									1								1	R\$ 7,62	R\$ 7,62
9	TINTA GUACHE NA COR AZUL EM POT DE 250ML,	POT									1								1	R\$ 7,62	R\$ 7,62
10	TINTA GUACHE NA COR BRANCA EM POT DE 250ML,	POT									1								1	R\$ 7,62	R\$ 7,62
11	TINTA GUACHE NA COR PRETA EM POT DE 250ML,	POT									1								1	R\$ 7,62	R\$ 7,62
12	TINTA GUACHE NA COR VERDE EM POT DE 250ML,	POT									1								1	R\$ 7,62	R\$ 7,62
13	TINTA GUACHE NA COR VERMELHA EM POT DE 250ML,	POT									1								1	R\$ 7,62	R\$ 7,62
14	TINTA GUACHE EMB. 6 UNIDADES DE 15 ML	CAX							200										200	R\$ 4,52	R\$ 904,00
																			VALOR TOTAL LOTE 23		R\$ 4.940,97
																			VALOR TOTAL TOTAL ESTIMADO		R\$ 620.202,27

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 FI. 193
 P.M. CARIRÉ

[Handwritten Signature]

Imagem invertida e ilegível do rodapé do documento.

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº «Nº_CONTRATO»

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, ATRAVÉS DA
«SECRETARIA» E A EMPRESA «EMPRESA».

A Prefeitura Municipal de CARIRÉ, pessoa jurídica de direito público interno, através da «SECRETARIA», em sua sede na Praça Elísio Aguiar, nº141, Centro - CEP: 62.184-000, CARIRÉ-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.598.600/0001-42, neste ato representado pela Sr(a). «GESTOR» inscrito no CPF nº «CPF_GESTOR», doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA «EMPRESA» inscrita no CNPJ/MF sob o n.º «CNPJ_EMPRESA», sediada na «ENDEREÇO_DA_EMPRESA», doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr(a). «REPRESENTANTE», portador da Carteira de Identidade nº «ID_REPRESENTANTE», expedida pelo SSPDS, e CPF nº «CPF_REPRESENTANTE», tendo em vista o que consta no Processo nº «Nº_PROCESSO» e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da «MODALIDADE» nº «Nº_PROCESSO», mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a «OBJETO», que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da «MODALIDADE» Nº «Nº_PROCESSO» e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de assinatura, transcorrendo por «DURAÇÃO_CONTRATO», conforme cronograma físico-financeiro. Com vigência até o dia «VIGÊNCIA_CONTRATO».

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.3. A execução dos serviços será iniciada após emissão de ordem de serviço, com observância ao cronograma fixado no Projeto Básico.

2.4. Os prazos contratuais extinguem-se em harmonia com os prazos estipulados para execução, devendo atentar-se ao subitem 2.4 quanto a prorrogações, bem como aos ditames legais da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de «VALOR_CONTRATO».

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INCC (Índice



Nacional de Custos da Construção), e do segundo o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) ou outro que vier a substituí-lo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CARIRÉ, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

DOTAÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESAS
«DOTAÇÃO»	«FONTE»	«ELEMENTO DE DESP»

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual será desempenhada pelo Sr(a). «FISCAL», inscrito no CPF: «CPF_FISCAL».

7. CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Edital e na proposta da contratada.

9. CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

11.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

11.4. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.



11.5. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- 14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
- 14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no mesmos meios publicitários que circularam a divulgação da «MODALIDADE» «Nº_PROCESSO», no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a Comarca de CARIRÉ - CE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CARIRÉ – CE, «DATA_DO_CONTRATO»

«GESTOR»
ORDENADOR(A) DE DESPESAS DA
«SECRETARIA»
CONTRATANTE

«EMPRESA»
CNPJ: «CNPJ_EMPRESA»
Sr(a). «REPRESENTANTE»
CPF: nº «CPF_REPRESENTANTE»
CONTRATADA



TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF nº:

2. _____

Nome:

CPF nº:



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

III.I.) 1º Modelo de Declaração:
DECLARAÇÃO I



(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.
..... (CE), de 2021.

.....
DECLARANTE

III.II.) 2º Modelo de Declaração:
DECLARAÇÃO II

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos produtos a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), de 2021.

.....
DECLARANTE

III.III.) 3º Modelo de Declaração:
DECLARAÇÃO III

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), de 2021.

.....
DECLARANTE

III.IV.) 4º Modelo de Declaração:



DECLARAÇÃO IV

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório N° _____, junto ao Município de CARIRÉ, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), de 2021.

DECLARANTE

III.V.) Modelo de PROCURAÇÃO:

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (qualificação)

OUTORGADO: (qualificação)

PODERES: Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à Prefeitura Municipal de CARIRÉ, no processo de pregão promovido através do Edital N° _____, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

CARIRÉ,.....

OUTORGANTE





ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

REF. PREGÃO Nº _____

OBJETO DA LICITAÇÃO:

DATA DE ABERTURA: ____/____/____



VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (POR EXTENSO)

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ/CPF:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS

Local, ____ de ____ de 2021.

(assinatura)
Representante Legal
CPF

**ANEXO V - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º**



A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, através das Secretarias de, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200...., publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para o eventual **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE**, conforme Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº/20...., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)


3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e





respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública quando da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

[Assinatura]



6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

[Assinatura]

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame,

será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

